

**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
DE MIRANDELA**

Ana Rita Videira
72/03/2015
[Assinatura]

Ana Rita Videira, contribuinte fiscal n.º 218980582, trabalhadora da Câmara Municipal de Mirandela, com Relação Jurídica de Emprego Público por Tempo Indeterminado, com a Carreira e Categoria de Técnica Superior, vem solicitar junto de V. Ex.^a a permissão para acumular funções/atividades privadas, nomeadamente as de controlo da qualidade da água de consumo humano na União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira (zona de abastecimento de Navalho); União de Freguesias de Avantos e Romeu (zona de abastecimento de Romeu); União de Freguesias de Franco e Vila Boa (zona de abastecimento de Franco) e União de Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa (zona de abastecimento de Barcel), ao abrigo do art. 22.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho.

Esclarece, que as funções/atividade a que se propõe acumular, serão de natureza autónoma, a título remunerado.

Estas funções, serão sempre desempenhadas fora do horário normal de trabalho, sendo a remuneração de 3.350,00€/ano.

Entende que as referidas funções/atividades não são consideradas incompatíveis nem comprometem a isenção e a imparcialidade das funções públicas que desempenha nesta autarquia, já que em nada são equiparadas às funções atualmente desempenhadas, nomeadamente, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, controlo e monitorização ambiental, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Execução de outras atividades de apoio geral ou especializado na área de Engenharia Química.

Entende ainda que as funções referidas não provocam prejuízo para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, pois as funções a que se propõe acumular em nada estão relacionadas com as atribuições e competências da Câmara Municipal de Mirandela, uma vez que a população alvo é diferente, comprometendo-se desde já, à não realização de qualquer seguro com a mesma entidade.

Compromete-se ainda, sob o compromisso de honra, à cessação imediata da função/atividade acumulada, no caso de ocorrência superveniente de conflito com o interesse público ou prejuízo para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

Pede deferimento.

Mirandela, 12 de março de 2015

A Requerente

Ana Rita Videira